

QUESTIONAMENTO EM RETORNO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NARRATIVA HISTÓRICA E AS CONTRIBUIÇÕES DE PAUL RICOEUR

Isanara Kethly Silva Sampaio¹
Universidade Federal de Goiás
isanarasampaio@hotmail.com

RESUMO: Este artigo busca apresentar uma problematização sobre a narrativa no campo historiográfico. Para tal empreitada, nosso autor basilar será o filósofo Paul Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa*. O objetivo central é situar a discussão da narrativa proposta por Ricoeur em meio às discussões na década de 70/80 do século passado que provocaram um momento de revisão historiográfica sobre seu fazer histórico e trouxeram à tona a ideia de um “retorno da narrativa”. Destacaremos a figura de Paul Ricoeur como um filósofo que apareceu a comunidade de historiadores com uma imponente reflexão sobre a historiografia, capaz de assegurar a pertença da história à narrativa, mas sem desconsiderar a pretensão realista dessa disciplina ou sua posição científica.

Palavras-Chave: História. Narrativa. Paul Ricoeur.

INTRODUÇÃO

A passagem da história-narrativa à história-problema é uma das vitórias anunciada pelos defensores das duas primeiras gerações dos Annales entre as décadas 1930-1960. “História historicizante”, “tributária dos acontecimentos”, eis as expressões que caracterizam a crítica dos Annales dirigida ao modelo de produção historiográfica da Escola Metódica, que produziam narrativas de cunho biográfico e político. Os historiadores da Escola dos Annales renunciaram, pois, o discurso narrativo fundando sua crítica sobre a pretensão de se “contar o que se passou”, ou mais precisamente, à ideia de reconstituição do acontecimento.

Rompendo com a narrativa, o historiador rompe igualmente com o seu material tradicional: o acontecimento singular. Se, em lugar de descrever um vivido, único, fugidio, incomparável, procurar explicar um problema, vai necessitar de factos históricos menos vagos do que aqueles que encontram constituídos sob esse nome na memória dos homens. (FURET, [s.d] p. 84).

Assim, o ponto de fixação do discurso dos Annales de Bloch e Febvre e mais adiante Fernando Braudel originou-se na oposição sistemática à história dos

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista da CAPES. Membro do Grupo *Histor: Cultura e Epistemologia*, vinculado a UFMA/Campus São Bernardo com coordenação da prof.^a Dr.^a Alina Silva Sousa de Miranda.

acontecimentos, do singular, do domínio único. “Tratava-se então de afastar-se do sujeito para romper a narratividade historicizante e fazer prevalecer à cientificidade de um discurso histórico renovado pelas ciências sociais” (DOSSE, 2001, p. 49).

No fim da década de 60 e meados dos anos 70, entretanto, todo esse paradigma historiográfico consolidado na França quase que hegemonicamente pelo movimento dos *Annales* começou a ser veementemente contestado, particularmente no que se refere ao padrão de cientificidade que era prometido pela por suas abordagens estruturais/quantitativas e pela descentralização do homem.² O próprio movimento do *Annales* havia se reformulado, uma vez que novos historiadores franceses em ascensão - Jacques Le Goff, Marc Ferro e Le Roy Ladurie – passaram a partilhar da direção institucional da Revista dos *Annales* com Fernando Braudel, inaugurando a chamada terceira geração dos *Annales*. Os historiadores passaram a situar a “escrita historiográfica ao lado da narratividade, do singular, da ideografia, do indício, do conjectural. Renunciam aos sonhos cientificistas de uma história científica e nomotética para capturar melhor as linhas de uma história com o pé no chão.” (DOSSE, 2001, p. 283). Concomitante a esse contexto, corroboraram novos rumos historiográficos incidindo o debate sobre o “retono da narrativa”.

O “polêmico” retorno da narrativa e a História entre a ficção e a ciência

Em 1979 é publicado o *Ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história* de Lawrence Stone. Costumeiramente, aponta-se esse artigo como o responsável pelo desencadear de uma vasta bibliografia referente à “questão narrativa” na história, ou mesmo, o “retorno da narrativa”.

Narrativa aqui designa a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas. A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica, e seu enfoque central diz respeito ao homem, e não às circunstâncias. Portanto, ela trata do particular e do específico, de preferência ao coletivo e ao estatístico. (STONE, 1991, p. 13-14)

² É necessário ressaltar que há todo um contexto mais amplo no seio das ciências que se refere à crise dos modelos de compreensão de conhecimento que tinham sido aceitos pela comunidade historiográfica – o Estruturalismo, assim como novos modelos em ascensão advindos da linguística pós-estruturalista.

Embora o artigo de Lawrence Stone tenha contribuído pioneiramente a suscitar um interesse sobre a tematização da narrativa histórica, este recebeu vasta crítica. Hartog pontua que Stone fazia ressurgir a ideia de narrativa sem colocá-la como um problema em si, uma vez que ele parece não levar em consideração o alcance da questão da narrativa, tratando-a apenas como uma alteração da prática historiográfica, como se o debate da narrativa refletisse apenas a um “retorno” ao recurso descritivo da história.

Dessa forma, Hartog alerta para o caráter inteligível do problema da narrativa no contexto contemporâneo. Com o cenário pós-guerra linguística já não é cabível entender a narrativa como um mero veículo não problemático pelo qual o historiador exporia os resultados de suas pesquisas, mas, sim, como um meio de transmissão que desempenha, no mínimo, um papel decisivo na produção de significado. Com isso, tornou-se inevitável o florescimento de teorias narrativas contemplando a natureza do conhecimento histórico, como por exemplo, a teoria dos tropos de Hayden White.

Hayden White é um dos principais nomes do campo historiográfico quando o assunto é a dimensão narrativista da história. Suas contribuições em *Meta-história* (1973), não passaram despercebidas entre os historiadores. A teoria de White é emblemática devido ao seu trabalho de reaproximação entre literatura e história, na medida que para ele ficção e história pertencem à mesma classe quanto à estrutura narrativa. “As narrativas históricas [...] são ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências.” (WHITE, 2001, p. 98) White, no entanto, não despreza as diferenças em relação à “matéria-prima” de que se valem as narrativas históricas e narrativas de ficção. Ele não nega que os historiadores se ocupam com eventos reais que são extraídos a partir das fontes históricas, enquanto que os literatos se ocupam tanto com eventos reais, como também imaginados, inventados. A questão é que nenhum conjunto de acontecimentos constitui por si só uma história. Eles apenas fornecem elementos para o enredo a ser urdido pelos historiadores. Nesse procedimento, alguns eventos são destacados e outros excluídos, o que implica a existência de múltiplas estratégias linguísticas para narrar os mesmos acontecimentos.

Com efeito, Hayden White não está preocupado com o problema das fontes históricas e sua veracidade; no cerne de suas preocupações está a escrita narrativa da história, ou melhor, dizendo, a sua forma, o ato poético de escrita. No alvo da teoria de White está a *forma* como o historiador seleciona, organiza um conjunto de dados e arma um enredo, remontando uma estrutura dotada de sentido.³

A maneira pela qual o discurso histórico recebe certa feição ou imagem, portanto, não advém dos dados com os quais o historiador trabalha, mas, antes, da formalização, da organização das informações dispersas em um arquétipo narrativo reconhecido entre autor e leitor, presente em todo relato em prosa, seja ele literário ou historiográfico. (MELLO, 2014, p. 185)

Na visão de White, existe uma proximidade entre os campos historiográficos e ficcionais, sendo esta uma evidência da fragilidade do estatuto científico do conhecimento histórico. Por mais que a narrativa histórica esteja orientada por estruturas empíricas, a mesma está encalcada na sua organização por composições estilísticas, discursivas e poéticas; com isso o conhecimento histórico estaria mais perto da arte do que da ciência. “[...] Relatos narrativos não consistem apenas em afirmações factuais (proposições existenciais singulares) e argumentos, mas também de elementos retóricos e poéticos pelos quais o que seria uma lista é transformado em estória”. (WHITE, 2016, p. 248). Assim, por mais que seja notável que narrativa histórica não possua a liberdade de criação na mesma medida que um relato ficcional, em contrapartida, ela também não se distancia do fato de que é narrativa e, portanto, mantém uma relação de contiguidade com o labor artístico.

Entendemos, pois, que embora a discussão da narrativa em Hayden White seja notável para os historiadores, White, na verdade, constrói uma poética da história, limitando-se a estrutura narrativa e aproximando a história de um artefato literário,

³ Essa operação de organização das informações, que torna compreensível o que antes permanecia obscuro, é um ato poético e se dá no âmbito da linguagem. Esta é organizada a partir dos seguintes pressupostos, descritos por Hayden White em *Meta-história*: por elaboração do enredo, por argumentação formal, por implicação ideológica. A tipologia da armação da intriga ou explicação por elaboração de enredo constitui-se das modalidades: romanesca, trágica, cômica, satírica. A explicação por argumentação formal diferencia quatro formas de conceber a explicação histórica: formista, organicista, mecanicista e contextualista. A explicação por implicação ideológica comporta quatro posições: conservadora, liberal, radical e anarquista. A combinação particular entre modos de armação da intriga, da argumentação e da implicação ideológica cria um estilo historiográfico. Essa teoria de White – teoria dos tropos – diz respeito a um estágio anterior à escrita da história que determina a estrutura linguística da narrativa histórica. (WHITE, 1995, p. 23-53).

distante da ideia de ciência. É em vias dessa postura que partimos para as considerações de Paul Ricoeur.

Ricoeur, apesar de ser filósofo, está mais perto das considerações do trabalho do historiador do que Hayden White. Em proximidade com White, ele também atesta o caráter narrativo da história e considera a operação historiográfica como uma “configuração poética”, porém ele não compactua com a posição radical em relação à indistinção entre história e ficção. A teoria de Ricoeur é fundada no regime de veracidade que une historiador e seu objeto: os homens do passado. Sua atenção à história como escrita, seu regime discursivo, tem uma importância crucial para os historiadores, porque se opõe a todas as formas de falsificação do passado. Ora, se a história fosse somente literária, perderia o contato com seu representante, com o vivido, perderia sua função para com os homens de outrora e com os homens do presente. É por isso que a discussão sobre a narratividade da história não deve se encerrar num discurso fechado em si mesmo, e nem pode abrir mão do seu caráter científico. Por esse motivo, o diálogo com Ricoeur é tão significativo para a comunidade de historiadores, sendo que ele conjuga história/narrativa/ciência em uma discussão epistemológica, ontológica e ética.

Entre Santo Agostinho e Aristóteles: Tempo e Narrativa em Paul Ricoeur

A ligação entre história e narrativa, como vimos, suscitou uma série de questionamentos à teoria da história, principalmente no que tange ao seu estatuto científico. É, pois, em vias desse desacordo criado entre história-narrativa-ciência, que partiremos para uma leitura do filósofo Paul Ricoeur, em busca de novos arranjos para essa tríade. A pergunta que nos guiará nas próximas páginas é: Como Ricoeur concebe a narrativa histórica? Qual o seu papel para o conhecimento histórico?

A busca de respostas para essas indagações nos leva primeiramente à relação estabelecida por Ricoeur entre tempo e narrativa uma vez que é o caráter temporal da experiência humana que está em jogo nas pretensões referenciais de toda narrativa, ou nas palavras de sua tese principal, “o tempo se torna tempo humano à medida que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida

em que desenha as características da experiência temporal. ” (RICOEUR, 2010, p. 09, v.1). Com isso, há dois eixos de investigação em que pairam sua pesquisa: a primeira trilha os paradoxos do tempo utilizando como portal as *Confissões* de Santo Agostinho; a segunda caminha para a configuração inteligível da narrativa partindo da leitura da *Poética* de Aristóteles. Para título de entendimento buscaremos abarcar essa relação formulada entre tempo e narrativa, entre Santo Agostinho e Aristóteles. No entanto, como nosso foco de investigação é a narrativa, nosso interesse maior é a apropriação do autor sobre a *Poética* e como ele utiliza-se da teoria de Aristóteles para formular a base da sua teoria narrativista, ou seja, a identidade do ato de narrar que compreende o campo narrativo de modo geral.

Nenhum historiador duvida que entre história e tempo haja uma ligação intrínseca, no entanto existe uma grande aporia sobre o que seja realmente o tempo. “*Que é, pois, o tempo?* ” Essa é a pergunta que movimenta as considerações de Santo Agostinho e move as especulações de Ricoeur sobre o tempo humano. Em Santo Agostinho, o tempo é psicológico e sensorial, se passa na alma. Ele lança luz sobre as aporias do tempo com o conceito de *distensão da alma*, que compreende o tempo como um presente único. O tempo é o triplo presente da alma: presente do passado (através da memória), presente do presente (através da visão) e presente do futuro, (através da expectativa) O tempo, dessa maneira, não tem ser, a sua impressão está na distensão da alma, à medida que ela age: espera, presta atenção e se lembra.

Se o tempo aparece apenas na alma, ele não pode ser apreendido de forma exterior ou conceitual. Partindo dessa prerrogativa, o tempo não é entendido como tempo único, universal e comum a todos. Com efeito, o que a leitura ricoeuriana quer evidenciar da teoria do tempo agostiniana, é a discordância da extensão do tempo prevalecente sobre a concordância. É por esse mesmo motivo que Ricoeur recorre a *Poética* de Aristóteles, uma vez que a resposta para discordância temporal é justamente o ato de composição da intriga. “[...] A especulação sobre o tempo é uma ruminação inconclusa cuja única réplica é a atividade narrativa. Não que se resolva por suplência as aporias. Se resolve, é num sentido poético e não teórico do termo. ” (RICOEUR, 2010, p. 16, v.1). Portanto, a proposta não é resolver o enigma, mas fazê-lo trabalhar de forma poética, gerando uma réplica invertida da dialética discordância/concordância.

Com isso, por mais que narrativa não produza uma conceituação do tempo, tornando-se uma teoria temporal, a mesma é capaz de revelá-lo (e torná-lo tempo humano) a partir da composição da intriga.

Paul Ricoeur encontra na Poética de Aristóteles o inverso das considerações de Santo Agostinho, pois se por um lado as especulações sobre o tempo incidem na pressão existencial da discordância sobre a concordância, o que se tem em Aristóteles é a preponderância da concordância sobre a discordância com a composição da intriga. O conceito chave que Ricoeur incide em sua análise é o da atividade mimética (mímesis/imitação)⁴ que se desdobra a partir do fazer humano. “A imitação ou representação é uma atividade mimética na medida em produz algo, ou seja, precisamente o agenciamento dos fatos pela composição da intriga.” (RICOEUR, 2010, p. 61, v.1).

Dessa forma, no fundamento da leitura ricoeuriana sobre a Poética está a dupla mímesis-mythos, sendo estas o germe da sua teoria narrativa. É na definição de mythos – traduzido por Ricoeur pelo termo intriga – como agenciamento dos fatos que é sublinhado a noção de concordância, uma vez que é a partir dessa operação que é organizado, num todo coerente, um conjunto de acontecimentos que antes estavam dispersos, produzindo um novo sentido a partir dessa configuração. No entanto, a intriga não se limita ao acaso da temporalidade, ou seja, ao encadear de eventos um após o outro, na medida em que ela estabelece nexos causais entre os fatos, mostrando como um aconteceu por causa do outro. É por essa razão que a intriga se dá de forma mais lógica que cronológica, “compor intriga é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico.” (RICOEUR, 2010, p. 74, v.1). Nesse sentido, a narrativa tomada como composição da intriga é capaz de promover a síntese do heterogêneo, produzindo o agenciamento dos eventos, não de forma aleatória, mas resultante de um encadeamento lógico entre eles. Em outras

⁴ É necessário esclarecer que o conceito de mímesis aristotélica que Ricoeur se apropria não deve ser confundido com a ideia de uma réplica, cópia ou sombra do real. Há duas principais vertentes de interpretação do conceito de mímesis. A primeira é iniciada por Platão e associa a mímesis à ideia de cópia. Para Platão a mímesis é uma imitação servil da realidade sensível, que se reveste como um simulacro, sem virtude. Com isso, a mímesis, a representação produzida pelo poeta, é apenas uma cópia da cópia que produz engano em relação à verdadeira essência das coisas. Já em Aristóteles a mímesis é uma reelaboração do que é natural. É uma atividade que, ao mesmo tempo em que reproduz o real, na possibilidade, o supera, modificando e recriando-o. A mímesis aristotélica é, portanto, uma operação produtora de sentido.

palavras, a narrativa faz surgir à concordância de elementos discordantes e com isso, atribui uma lógica, não meramente cronológica, à temporalidade.

Essa concordância no agenciamento dos fatos é caracterizada por completude, totalidade, extensão adequada. O caráter total da intriga escapa ao caráter temporal e se liga a uma temporalidade lógica. Um todo é o que tem começo, meio e fim. É uma estrutura que oferece à ação contornos, limites, extensão. [...] A intriga reúne elementos, liga-os necessariamente e omite eventos, que se tornam vazios entre os eventos associados. A ligação interna da intriga é lógica mais do que cronológica. Não é uma lógica da teoria, mas uma lógica do fazer, uma composição. (REIS, 2011, p. 288)

Com isso, diferentemente da narrativa tradicional – aos moldes da escola positivista – a intriga é uma organização seletiva dos fatos, ou seja, uma construção do historiador e não apenas ordenamento cronológico dos fatos sendo estes considerados como cópia do real. Na composição da intriga, o historiador elabora uma síntese de elementos dispersos e para isso, agrega, reúne, seleciona os dados de modo que se produza um novo sentido, um novo saber, algo não dito. A narrativa é, pois, o meio privilegiado para a configuração da experiência vivida pretérita, que nos chega somente a partir de elementos dispersos. Quando os acontecimentos são inseridos no enredo da narrativa, a ação dos homens torna-se mais inteligível. É através da operação narrativa que é inserido um sentido ao agir do homem no tempo.

Narrativa e História: A Intencionalidade Histórica como saber específico

Como dissemos anteriormente, Paul Ricoeur tem a intenção de articular a dimensão narrativa da história, sem que esteja seja rebaixada a uma espécie de um gênero literário, uma *story*. Para isso, ele visa instaurar teoricamente um vínculo indireto que possibilite uma dialética entre investigação histórica e a competência narrativa a partir de três níveis: a dos procedimentos explicativos, das entidades e da temporalidade.

Iniciando sua análise pelos procedimentos explicativos, ou melhor, pela ideia de causalidade em história, Ricoeur discute a ideia de imputação causal singular, procedimento explicativo que faz transição entre causalidade explicativa e causalidade narrativa. A lógica da imputação causal singular consiste na construção pela imaginação de um curso diferente de acontecimentos, passando pela avaliação e comparação, em

relação ao curso real dos fatos. “Para esclarecer as relações causais reais, construímos outras irreais” (WEBER, apud RICOEUR, 2010, p. 303, v.1). Com isso, essa lógica consiste na indagação: o que teria acontecido se x não tivesse intervindo e se o fato y tivesse ocorrido de modo diferente. Trata-se, pois, de avaliar a influência causal de uma determinada ação ou acontecimento singular em relação ao fenômeno histórico como um todo, sendo que a história só recorre à imaginação para discernir melhor o atuante e excluir o não influente. Ao fazer essas incômodas perguntas do “se” é possível refletir como a explicação histórica pode estar vinculada às causas históricas. Com essa ação, o historiador faz um juízo de imputação causal, a qual confere um significado histórico ao acontecimento singular.

Essa teoria consiste em tratar “grosso modo” a historiografia e seu discurso como um “cálculo de probabilidades/possibilidades”, em parte pelas noções prévias de experiências humanas que se dispõe o historiador e em parte pela sua comparação com outros fatos que põe ao limite sua concepção de experiência humana prévia. Porém uma “possibilidade objetiva” não pode ser confundida com uma “probabilidade quantificável”. Diferente de uma quantificação, uma possibilidade objetiva pressupõe o exercício da imaginação onde somente aí se pode falar em “possibilidade”. (COSTA, 2017, p. 562)

É precisamente a partir dessa lógica referente à atividade imaginativa da imputação causal singular, que Ricoeur encontra afinidades tanto com a construção da intriga quanto com a explicação por leis. De maneira análoga a composição poética da narrativa, a imputação causal singular cria novas possibilidades imaginárias, porém não fantasiosas, para o curso dos eventos e trabalha no registro da probabilidade. Em afinidade com a explicação científica, a imputação causal singular impõe um raciocínio explicativo que exige uma seleção ou isolamento rigoroso dos fatores.

Nessa dupla afinidade da imputação causal singular – científica e narrativa – que Ricoeur afirma que o historiador não é um mero narrador. O historiador, em sua pesquisa, é obrigado a justificar, argumentar a escolha de um fator em detrimento de outros como causa de determinada cadeia de eventos, sendo que é possível encontrar outras explicações em diferentes encadeamentos de fatos. O poeta apenas produz, o historiador argumenta. Com efeito, da mesma forma que o historiador não é simplesmente um narrador, a imputação causal singular não é limitada apenas ao ponto de vista individual. A lógica desse processo também pode ser aplicada a acontecimentos

históricos de grande amplitude cuja causa, apesar de permanecer no singular, já não é da ordem do indivíduo.

É a construção do ‘quadro imaginário’ criado por abstração e a avaliação das consequências do suposto acontecimento suprimido que constituem a estrutura lógica do argumento causal. Assim, este continua sendo uma imputação causal singular, mesmo quando já não se aplica a uma decisão individual. (RICOEUR, 2010, p 314-315, v.1)

No entanto, uma vez que a imputação causal singular é estendida a desenvolvimentos históricos, não sendo possível discernir as decisões individuais ou acontecimentos pontuais, como conciliar a explicação histórica com a narrativa? É a aplicação analógica da noção de intriga a todas as imputações causais singulares que justifica o vínculo, mesmo que indireto, com a narrativa, pois na medida em que a imputação causal singular satisfaz o critério da noção de intriga – síntese do heterogêneo – o procedimento weberiano pode ser concebido como uma quase-intriga. O termo quase salvaguardaria, assim, a relação indireta entre a explicação histórica e a estrutura narrativa.

Passando dos procedimentos explicativos para as entidades da história, ou mais precisamente para entidades de primeira ordem da historiografia, Ricoeur aplica o método de regressivo para analisar o vínculo entre as entidades utilizadas pelos historiadores e os personagens da narrativa. Iniciando pelos personagens narrativos, Ricoeur argumenta inicialmente que estes são agentes que podem ser identificados, e principalmente, são responsáveis pelas ações que lhe são atribuídas; enquanto que na “história-ciência” os sujeitos da ação caracterizam-se como massas anônimas, nações, sociedades, mentalidades, classes sociais. Portanto, à primeira vista, percebe-se uma diluição dos personagens singulares da história pelas forças anônimas e, uma vez que não há personagens, não pode haver narrativa.

Mas, como Ricoeur visa articular um vínculo indireto entre a inteligibilidade histórica e narrativa, ele abre novas portas para esse aparente impasse por intermédio do que ele designa de “entidades de pertença participativa”. Assim, é possível falar que embora as entidades sociais não possam ser decompostas em uma multidão de ações individuais sem recair em individualismo metodológico, elas fazem menção a características passíveis de serem consideradas como personagens de uma narrativa. Como nosso filósofo sempre anda acompanhado por outros autores, a fonte utilizada por

ele para ajudar no debate desse tema foi à obra de Maurice Mandelbaum *A anatomia do conhecimento histórico* (1997), que traz uma importante reflexão sobre o conceito de sociedade. É a noção de sociedade como referência última da historiografia que despertará o interesse de Ricoeur na formulação do objeto transicional entre o plano da narrativa e o plano da história explicativa.

Para Mandelbaum, o objeto da história é de ordem social, querendo com isto dizer que a história compreende os pensamentos, os sentimentos e as ações dos indivíduos no contexto específico do seu ambiente social. Por sociedade, o autor entende:

Uma sociedade, diria eu, consiste em indivíduos que vivem em uma comunidade organizada, dona de um território particular; a organização dessa comunidade está garantida por instituições que servem para definir o estatuto assumido por diferentes indivíduos e lhes atribui os papéis que devem desempenhar, ao mesmo tempo em que perpetuam a existência ininterrupta da comunidade. (Apud RICOEUR, 2010, p. 321, v.1).

É nessa conceituação que Ricoeur encontra a passagem entre o nível das entidades históricas e o dos personagens narrativos, uma vez que na sua leitura essa noção de sociedade pode ser entendida como uma entidade singular, configurando-se analogicamente como um quase-personagem do discurso histórico. Esta analogia é justificada tanto pela teoria narrativista quanto a partir da própria estrutura do fenômeno social. Primeiramente, na teoria narrativista, nada obriga que a definição de personagem seja necessariamente delegada a um indivíduo, personagem é simplesmente aquele que faz a ação, ou seja, quem age, por isso essa função pode ser assumida por qualquer entidade que corresponda ao sujeito da ação gramatical. Nesse sentido, o indivíduo responsável na história é apenas amplificado em personagens análogos, compostos por povos, nações, classes e todas as comunidades que cabem dentro da noção de sociedade singular. Por outro lado, a própria definição de sociedade de Mandelbaum sinaliza uma característica que fundamenta esta analogia com o papel do personagem, sendo que há, mesmo que indiretamente, uma referência oblíqua aos indivíduos que a compõem, uma vez que são os indivíduos que habitam um território particular e cumprem os papéis que as instituições criam, além de serem os que asseguram a continuidade da comunidade. Trata-se, pois, de uma referência oblíqua na medida em que não é obrigatório que

entidades individuais entrem no discurso direto do historiador, que pode contemplar unicamente entidades coletivas.

A historiografia aborda quase personagens: povos, nações, civilizações, que têm pertencimento participativo de agentes concretos. Ela não trata de forças estruturais anônimas, mas de sociedades, constituídas por agentes múltiplos, por homens que agem e sofrem. Pode-se tratar uma sociedade como “grande indivíduo” e atribuir-lhes a iniciativa de ações. (REIS, 2011, p. 306)

O vínculo entre a sociedade e os indivíduos está precisamente no fenômeno do pertencimento participativo, sendo que é a partir deste que as entidades históricas como as sociedades, são agrupadas à esfera da ação. Convém observar que as duas linhas de derivação – dos procedimentos explicativos e das entidades históricas – estão interligadas pela mesma lógica de afinidade. A noção de quase-intriga e quase-personagem pertencem ao mesmo plano analógico capaz de fazer à mediação necessária no movimento de regressão a historiografia em direção à narrativa.

O terceiro e último caminho traçado a partir do método de questionamento regressivo visa uma aproximação equivalente entre tempo histórico e tempo narrativo. Dentre os três procedimentos elucidados por Ricoeur – explicativos, das entidades e da temporalidade – este último talvez tenha sido o que gerou mais repercussão entre os historiadores, justamente por ser uma análise que se apoia sobre a historiografia francesa, principalmente na obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II* de Fernando Braudel (leitura da 3ª ed. 1976), um dos ícones da segunda geração dos Annales. O fio condutor para discernir a questão do tempo histórico é mais uma vez a noção de acontecimento e o seu uso ambíguo entre os historiadores. Ricoeur, a partir das considerações de Aristóteles, propõe uma modificação da noção preconcebida de acontecimento histórico associado à ideia de singularidade, contingência e desvio. Para ele, a inteligibilidade de um acontecimento é configurada a partir de sua contribuição à progressão da intriga. As intrigas, por sua vez, são ao mesmo tempo singulares e não singulares e, além disso, combinam contingência com necessidade e verossimilhança, dando sentido a história de tal modo que em uma leitura de trás para frente fique claro como os acontecimentos tomaram tal rumo.

Nesse sentido, a primeira premissa ricoeuriana em relação ao tempo histórico incide, pois, em entender que os acontecimentos históricos não diferem radicalmente dos acontecimentos organizados pela intriga. E é justamente na obra de Braudel que ele,

em uma leitura inovadora, materializa essa tese. Na escrita do *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, nosso filósofo reconhece um princípio de unidade que, apesar da hierarquização das durações, mantém juntas as três partes da obra. “O leitor não pode se contentar em reconhecer o direito que cada uma dessas partes tem de existir separadamente. [...] Também o título da obra, por sua dupla referência, por um lado ao mediterrâneo e por outro a Filipe II, convida o leitor a se perguntar de que modo a longa duração faz transição entre a estrutura e o acontecimento”. (RICOEUR, 201, p. 342, v.1)

Na primeira parte da obra de Braudel, prevalece uma duração quase imóvel, uma história predominantemente geográfica. O caráter histórico é preservado, pois, em virtude das marcas que anunciam a segunda e a terceira parte, ou seja, montam a cena sobre o qual irá se dispor os personagens de seu drama. Já a segunda parte, que oscila entre a estrutura e a conjuntura, tem por função manter unidos os polos do Mediterrâneo e Filipe II, com isso constitui-se como objeto de estrutura de transição. Já a terceira parte traz à cena os acontecimentos, mas já não se trata de uma concessão a história factual, na medida em que os acontecimentos escolhidos pelo historiador são aqueles que dão testemunho as massas profundas da história; respondem, pois, aos critérios da imputação causal singular, são acontecimentos escolhidos pelo historiador cujas consequências os tornaram importantes.

Nessa perspectiva, a segunda tese de Ricoeur incide na consideração de que os três níveis da obra juntos constituem uma quase-intriga. A partir disto, seria um erro delegar apenas ao terceiro nível a afinidade da obra com o modelo narrativo de composição da intriga. Com o modelo braudeliiano de análise e disjunção dos três níveis cria-se uma nova brecha para a reformulação da própria noção de intriga e, conseqüentemente, de acontecimento. À medida que compor uma intriga é a realizar uma síntese do heterogêneo – reunir em uma ordem inteligível elementos dispersos com começo, meio e fim – em Braudel temos uma intriga virtual que integra temporalidades diversas.

O principal interesse da análise de Ricoeur não consiste em dizer – “você pensava ter rompido com a narrativa; ora, nada disso ocorreu ou, pelo menos, não é algo assim tão fácil” – mas em sublinhar que Braudel inventou outro tipo de intriga (e, portanto, de inteligibilidade) como conjugação de estrutura, de ciclos e de acontecimentos: uma nova narrativa, portanto, na qual as interferências, as diferenças constituem também outros tantos recursos de

inteligibilidade. Com o seguinte corolário: o acontecimento nem sempre é, ou somente, o breve brilho limitado ao terceiro nível em que, no entanto, é confinado por Braudel. Com funções diversas, ele pertence a todos os níveis e pode ser definido, de forma mais adequada, como uma “variável da intriga”. (HARTOG, 2013, p. 183)

A partir desta análise, como aponta Hartog, é possível questionar a noção de acontecimento tomada por Braudel como breve, nervoso e explosivo. Se o acontecimento é variável da intriga, este não pode ser suprido pela estrutura e nem pertencer somente ao tempo curto, mas também às instâncias longas e médias da duração, mesmo que tendo em cada uma delas uma função diferente. Embora no terceiro nível seja assinalada sua característica explosiva, no restante dos níveis, o acontecimento se reveste de caráter de sintoma ou de testemunha da estrutura. Assim, na longa duração o acontecimento não foi banido, apenas ganhou um novo sentido, com isso, pode-se dizer que a proposta de Braudel não é assim tão inimiga da narrativa como propunha ele.⁵ É nítida a diferença interna entre os dois autores, mais precisamente entre um historiador e um filósofo. Enquanto que Braudel faz um ataque à noção de acontecimento em uma acepção bem estrita, relegando-o a superficialidade; Ricoeur reformula seu conceito, trazendo novas considerações que nos permite articular, sem antagonismos, história e narrativa sem recair a história factual.

Toda essa laboriosa argumentação de Ricoeur para discernir a questão do tempo histórico em sintonia à temporalidade da narrativa, mais precisamente sua tese que conjuga longa duração e acontecimento, requer algumas considerações para além das questões já apresentadas. Na leitura do nosso filósofo, a longa duração como categoria temporal imóvel, ou seja, sem a remissão de acontecimentos, é perigosa para a história. Em outras palavras, se a longa duração não reconduzisse ao acontecimento haveria o risco de dissolver-se do laço entre a temporalidade humana e o tempo histórico, uma vez que um tempo longo pode ser um tempo sem presente, e conseqüentemente sem passado e futuro. Na medida em que a longa duração esquece o tempo presente, o tempo histórico poderia, pois, esvaziar-se de todo humanismo. Prevalceria, assim, um tempo da natureza e não um tempo humano. É em vista desse

⁵ A saga de Ricoeur para conciliar o tempo da história enquanto ciência como o tempo narrativo não cessa apenas na leitura pormenorizada de Braudel, pois mesmo de forma compacta, ele também se lança sobre as obras de Jacques Le Goff, Georges Duby e François Furet, para afirmar sua tese da não incompatibilidade entre o conceito de estrutura e acontecimento.

perigo, que é preciso manter uma analogia entre tempo vivido pelos dos indivíduos e o tempo das civilizações, e como argumenta ele, analogia do crescimento e do declínio, da criação e da morte, do destino em si. Esta analogia, pois, está para a temporalidade da mesma forma que está para a imputação causal singular e composição da intriga e entre as entidades próprias da história (sociedade) com personagens da narrativa. Por essa razão, Ricoeur conclui que toda mudança entra no campo histórico como quase acontecimento. Trata-se de um prolongamento dado ao acontecimento, que por isso mesmo, identifica-se como quase.

Por *quase acontecimento* entendemos que a extensão da noção de acontecimento, para além do tempo curto e breve, é correlativa à extensão semelhante das noções de intriga e de personagens. Há quase acontecimento onde podemos discernir, ainda que muito indiretamente, obliquamente, uma quase intriga e quase personagens. O acontecimento em história corresponde ao que Aristóteles chamava de *reviravolta de fortuna – metábole* – na sua teoria formal da composição da intriga. Um acontecimento, uma vez mais, é o que não só contribui para o desenrolar de uma intriga, mas dá a ele a forma dramática de uma reviravolta de fortuna. (RICOEUR, 2010, p. 371, v.1)

É justamente esse parentesco entre quase acontecimento e quase intriga que justifica a pluralidade dos tempos históricos de Braudel como uma expansão do tempo narrativo, precisamente por combinar o tempo cronológico dos episódios com o tempo não cronológico da configuração. Na leitura ricoeuriana, cada um dos níveis temporais usados pela explicação histórica pode ser visto como uma duplicação dessa dialética. Assim, se o acontecimento breve faz prevalecer o caráter episódico da intriga, a longa duração assegura a preponderância da configuração.

Com efeito, perante todo esse esforço de argumentação de Paul Ricoeur, percebe-se o quão ele tem cuidado de aproximar a história da narrativa, mas sem precipitar-se na solução de dissolver a historiografia a um gênero literário, ou como ele mesmo supõe, sem recair a um ecletismo preguiçoso que sugeri uma ambiguidade a história, meio científica e meio literária. Através dos conceitos de quase intriga, quase personagem e quase acontecimento é perceptível sua tenacidade e rigorosidade em desvendar o vínculo indireto proposto por ele, uma vez que o termo quase dessas expressões atesta o caráter analógico dessa filiação e justifica, mesmo que de forma tênue, o vínculo que mantém a história ao campo narrativo. Com isso, ao final de sua tese pode-se afirmar que mesmo a historiografia mais estrutural é tributária da inteligência narrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. Da história em Migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora Unesp, 2001

FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, [s.d.].

HARTOG, François. Disputas a respeito da narrativa. In: *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MELLO, Ricardo Marques. Hayden White (1928). In: PARADA, Maurício (org.) *Os historiadores clássicos da história: de Ricoeur a Chartier*. Rio de Janeiro: Vozes PUC-Rio, 2014.

MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa e verdade*. 2013. 223f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas-UFMG, Belo Horizonte, 2013.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. v.1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Tempo e Narrativa: o tempo narrado*. v.3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Entre Tempo e Narrativa: concordância/discordância. *Revista Kriterion*, Belo Horizonte, n. 25, jun., 2012

STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.) *A história escrita: teoria e a história da historiografia*. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.